

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.114, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência procede-se mediante ação penal pública incondicionada.

Autor: SENADO FEDERAL – DAMARES ALVES

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.114/2023, proveniente do Senado Federal, pretende alterar o Código Penal para estabelecer que a ação penal, no caso de estelionato cometido contra pessoa com deficiência, seja pública incondicionada.

A proposição, que tramita sob o regime de prioridade e sujeita-se à apreciação conclusiva pelas comissões, foi distribuída para análise e parecer às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD).

A CPD emitiu parecer pela aprovação do projeto, com substitutivo que restringe a hipótese de ação penal pública incondicionada para os casos em que a vítima do crime de estelionato for “*pessoa com deficiência mental, intelectual ou sensorial*”.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA



Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição e do Substitutivo adotado pela CPD.

Sob o enfoque da **constitucionalidade formal**, as proposições em análise não apresentam vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria (art. 22, I), do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48) e da iniciativa (art. 61).

Outrossim, observa-se que não há afronta às **normas de caráter material** constantes da Carta Magna, bem como aos princípios e fundamentos que regem o nosso ordenamento jurídico.

Com relação à **técnica legislativa**, os ditames estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, foram devidamente observados.

No que tange ao **mérito**, entendemos que o projeto deve ser aprovado **nos termos estabelecidos pelo Senado Federal**.

Inicialmente, é preciso lembrar que o crime de estelionato, até 2019, era de ação penal pública incondicionada (salvo nos casos estabelecidos pelo art. 182 do Código Penal). Com o advento da Lei nº 13.964/2019 (Lei Anticrime), essa lógica foi alterada, e o estelionato passou a ser, via de regra, de ação penal pública condicionada à representação, excepcionando-se apenas os casos em que o crime é cometido contra a Administração Pública, criança ou adolescente, **pessoa com deficiência mental**, ou maior de 70 anos de idade ou incapaz (casos que continuam sendo, portanto, de ação penal pública incondicionada).

O que pretende a proposição, portanto, é apenas estabelecer que o estelionato contra **qualquer** pessoa com deficiência seja de ação penal pública incondicionada, **não estabelecendo qualquer tipo de distinção entre os tipos de deficiência**.

Nesse sentido, o Relatório aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado Federal bem apontou que todos os tipos de deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial) “*podem fazer*



com que a vítima do crime de estelionato esteja mais suscetível a ser ludibriada ou mantida em erro, o que torna mais gravoso o delito. Ademais, após a prática do crime, uma pessoa com qualquer dessas deficiências pode encontrar mais dificuldade para iniciar o processo criminal contra o autor do delito (oferecer representação), o que justifica o início da ação penal de forma incondicionada pelo Ministério Público”.

Portanto, conquanto entendamos as considerações externadas no parecer aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência desta Casa, que restringe as hipóteses de ação penal pública incondicionada apenas para os casos de deficiência mental, intelectual ou sensorial, **excluindo os casos de deficiência física**, não nos parece que a distinção entre os tipos de deficiência seja adequada. Até porque, conforme reconhece o próprio parecer aprovado por aquela Comissão, **a deficiência física, sobretudo em situações de deficiência grave, pode estar relacionada a uma condição de grande dependência.**

Por fim, tendo em vista que a proposição é proveniente do Senado Federal, a aprovação nos termos estabelecidos por aquela casa legislativa garante uma tramitação mais célere da proposta, pois possibilita que o texto seja encaminhado diretamente à sanção presidencial, sem a necessidade de retorno à casa iniciadora.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.114/2023 e do Substitutivo Adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e, no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.114/2023, e pela rejeição do Substitutivo Adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).

Sala da Comissão, em 15 de maio de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

